

8.2 - Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

No âmbito dos anexos às demonstrações financeiras e em conformidade com o ponto 8.2 do Decreto-lei nº 54-A/99 de 22 de fevereiro, o Município de Alcácer do Sal apresenta as seguintes notas ao Balanço e Demonstração de Resultados, com o objetivo de clarificar e evidenciar os factos cuja informação seja relevante na perceção dos mesmos.

8.2.1 – Princípios Contabilísticos

As demonstrações financeiras foram preparadas em harmonia com os princípios contabilísticos definidos no POCAL, destacando-se neste exercício:

- a) Princípio da especialização (ou do acréscimo) – foram neste exercício os proveitos e custos reconhecidos na sua plenitude quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento;
- b) Princípio da materialidade – embora a CMAS tenha observado o princípio em questão realça-se que ainda não foi possível incluir no ativo municipal a totalidade dos bens de domínio público e os bens imóveis do domínio privado, devido à quantidade, diversidade e natureza jurídica dos elementos patrimoniais que constituem estes ativos. Tal facto influi nos valores do ativo e nos resultados do exercício, pelo que na análise do balanço e da demonstração de resultados devem ter-se em consideração tais condicionalismos.

8.2.2 – Comparabilidade das Contas

Não se aplica, não se verificaram quaisquer alterações em relação ao ano anterior.

8.2.3 – Critérios Valorimétricos Adotados

O critério valorimétrico adotado para o imobilizado é, em regra, o do custo de aquisição.

O cálculo dos vinte e um bens imóveis integrados após o primeiro inventário foi efetuado de acordo com a metodologia prevista no artigo 26, números 1 a 121, do Código das Expropriações, resultante de avaliações efetuadas por um perito avaliador externo.

As amortizações são calculadas através do método das quotas constantes, sendo aplicadas as taxas de amortização definidas no classificador geral do CIBE (Cadastro e Inventário dos Bens do Estado), aprovado pela Portaria nº 671/2000, de 17 de abril.

As dívidas de e a terceiros foram contabilizadas pelas importâncias constantes dos documentos que as

titulam (ponto 4.3 do POCAL), ajustadas para um valor de realização através da constituição de provisões.

As disponibilidades em caixa e depósitos em instituições financeiras foram expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respetivamente.

O saldo de caixa expresso no balanço corresponde à existência física na tesouraria. Os depósitos em instituições financeiras correspondem aos saldos registados nas contas correntes com instituições de crédito e aos valores expressos no resumo diário da tesouraria. As divergências verificadas entre os saldos destas contas e os constantes dos respetivos extratos bancários foram devidamente reconciliadas, conforme consta da síntese de reconciliações constantes dos documentos da prestação de contas.

As existências são valorizadas ao custo de aquisição. O valor das existências finais foi determinado através da contagem física às mesmas.

8.2.4 – Cotações de Câmbio Utilizadas

Não aplicável, por inexistência de situações enquadradas neste âmbito.

8.2.5 – Situações que Afetam o Resultado do Exercício

Por valorimetrias diferentes das previstas no capítulo 4 “critérios de valorimetria”

Não se verificaram situações desta natureza.

Por amortizações do ativo imobilizado superiores às adequadas

Não se verificaram situações desta natureza.

Por provisões extraordinárias respeitantes ao ativo

Não se verificaram situações desta natureza.

8.2.6 – Comentário à Conta “431 – Despesas de Instalação e 432 – Despesas de Investigação e Desenvolvimento”

Não aplicável, por inexistência de situações enquadradas neste âmbito.

8.2.7 – Movimentos do Ativo Imobilizado e Respetivas Amortizações

Os movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado e respetivas amortizações, constantes do balanço, são apresentadas nos mapas abaixo.

Ativo Bruto (Imobilizado Bruto)

Ano: 2017							
Rubricas		Saldo Inicial	Reavaliações + Ajustamentos	Aumentos	Alienações	Sinistros+ Abates+ Transferências	Saldo Final
451	Terrenos e recursos naturais	347.949,64 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	347.949,64 €
452	Edifícios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	59.772,00 €	59.772,00 €
453	Outras construções e infraestruturas	42.148.160,64 €	0,00 €	52.650,72 €	0,00 €	816.397,19 €	43.017.208,55 €
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	33.108,26 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	33.108,26 €
459	Outros bens de domínio público	182.229,48 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	182.229,48 €
445	Imobilizações em curso	178.752,17 €	0,00 €	1.779.870,17 €	0,00 €	-775.278,93 €	1.183.343,41 €
446	Adiantamentos por conta de bens domínio público	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total		42.890.200,19 €	0,00 €	1.832.520,89 €	0,00 €	100.890,26 €	44.823.611,34 €
431	Despesas de instalação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
432	Despesas investigação e desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
433	Propriedade industrial e outros direitos	165.847,31 €	0,00 €	1.353,00 €	0,00 €	0,00 €	167.200,31 €
443	Imobilizações em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
449	Adiantamentos por conta imob. incorpóreas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total		165.847,31 €	0,00 €	1.353,00 €	0,00 €	0,00 €	167.200,31 €
421	Terrenos e recursos naturais	14.055.062,88 €	4.490.915,17 €	0,00 €	42.415,55 €	-16.468,00 €	18.487.094,50 €
422	Edifícios e outras construções	33.054.084,74 €	0,00 €	0,00 €	1.161,39 €	33.208,21 €	33.088.131,56 €
423	Equipamento básico	2.789.957,22 €	0,00 €	171.078,15 €	0,00 €	-130.202,54 €	2.830.832,83 €
424	Equipamento de transporte	3.860.454,44 €	0,00 €	295.067,01 €	0,00 €	0,00 €	4.155.521,45 €
425	Ferramentas e utensílios	484.137,17 €	0,00 €	10.492,49 €	0,00 €	-9.758,25 €	484.871,41 €
426	Equipamento administrativo	661.696,21 €	0,00 €	6.147,91 €	0,00 €	-19.050,63 €	648.793,49 €
427	Taras e vasilhame	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
429	Outras imobilizações corpóreas	1.360.914,76 €	0,00 €	139.633,91 €	0,00 €	-62.936,94 €	1.437.611,73 €
442	Imobilizações em curso	164.034,04 €	-29.107,65 €	250.648,42 €	0,00 €	-100.744,20 €	284.830,61 €
448	Adiantamentos por conta imob. corpóreas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total		56.430.341,46 €	4.461.807,52 €	873.067,89 €	43.576,94 €	-305.952,35 €	61.415.687,58 €
4112	Partes de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4122	Investimentos financeiros - Obrigações e títulos de participação - FAM	829.581,34 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	829.581,34 €
4141	Investimentos em imóveis - Terrenos e recursos naturais	981.453,77 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	16.468,00 €	997.921,77 €
4142	Investimentos em imóveis - Edifícios e outras construções	138.808,24 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	138.808,24 €
4151	Outras aplic. financeiras - Dep. em inst. financ.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4152	Outras aplic. financeiras - T. dívida pública	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4153	Outras aplic. financeiras - Outros títulos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
441	Imobilizações em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
447	Adiantamentos por conta invest. financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total		1.949.843,35 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	16.468,00 €	1.966.311,35 €

O Imobilizado Bruto do Município, tal como no ano precedente, registou um aumento no ano de 2017 face a 2016, no valor de 6.936.578,27€.

No que diz respeito ao domínio público, nas contas 452 - Edifícios e 453 - Outras construções e

infraestruturas, registou-se um acréscimo de cerca de 870 mil euros, dos quais, 816 mil euros foram transferidos de imobilizado em curso para bens de domínio público, sendo os mais significativos, a “Remodelação da Rede de Águas de Santa Catarina”, a “Valorização Luminotécnica” (Iluminação Cénica), o “Corredor Ciclável do Bairro da Quintinha”, as “Azinhagas na Periferia de Alcácer do Sal” e a “Requalificação da Zona Envolvente à Fonte Santa” no Torrão.

Ainda em relação ao domínio público, permanecem em imobilizações em curso cerca de 1.180 mil euros. Aqui destacam-se as obras de “Remodelação da EM 01 entre Alberge e Casebres”, a “Aplicação de Microbetomoso e Sinalização Horizontal em diversos Arruamentos do Concelho”, a “Remodelação da Rede de Águas e Arruamentos do Batão” e o “Circuito de Manutenção da Comporta”.

Em relação ao domínio privado, houve um acréscimo extraordinário de sensivelmente 5 milhões euros. Este acréscimo deveu-se quase na sua totalidade (4,5 milhões de euros), à inclusão no património do município de 21 terrenos rústicos, cuja avaliação foi efetuada por um perito externo.

Para o restante aumento, contribuírem essencialmente duas rúbricas, o Equipamento de Transporte, com a aquisição de um novo camião de recolha de resíduos, e as Imobilizações em Curso do Domínio Privado. Nesta última, destaca-se o início da obra do “Museu Municipal Pedro Nunes” e a transferência de imobilizado em curso para bens de domínio privado, da “Remodelação do Polidesportivo da Quintinha”, da “Requalificação do Mercado Municipal de Alcácer do Sal” e do “Arrelvamento e Equipamento do Complexo Desportivo de Alcácer do Sal”.

Importa ainda realçar que devido à possibilidade de introdução do SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, em 1 de janeiro de 2018, houve necessidade de fazer um desreconhecimento de bens do património do município, por não se enquadrarem na definição de controlo de ativo, de acordo com a Norma de Contabilidade Pública 5. Este desreconhecimento está refletido na coluna dos abates e ascende a cerca de 220 mil euros.

Amortizações e Provisões

Ano: 2017					
Rubricas		Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
4851	Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4852	Edifícios	0,00 €	747,15 €	-2.589,68 €	3.336,83 €
4853	Outras construções e infraestruturas	30.507.196,53 €	1.151.999,11 €	0,00 €	31.659.195,64 €
4855	Bens do património histórico, artístico e cultural	13.322,39 €	1.521,19 €	0,00 €	14.843,58 €
4859	Outros bens de domínio público	110.082,90 €	9.306,43 €	0,00 €	119.389,33 €
Total		30.630.601,82 €	1.163.573,88 €	-2.589,68 €	31.796.765,38 €
4831	Despesas de instalação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4832	Despesas investigação e desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4833	Propriedade industrial e outros direitos	152.014,09 €	10.250,62 €	0,00 €	162.264,71 €
Total		152.014,09 €	10.250,62 €	0,00 €	162.264,71 €
4821	Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
48221	Edifícios	4.400.185,76 €	420.747,08 €	2.717,58 €	4.818.215,26 €
48222	Outras construções	7.280.501,98 €	239.345,23 €	20,55 €	7.519.826,66 €
4823	Equipamento básico	2.477.211,73 €	145.180,94 €	128.977,49 €	2.493.415,18 €
4824	Equipamento de transporte	3.095.198,06 €	210.143,56 €	0,00 €	3.305.341,62 €
4825	Ferramentas e utensílios	405.046,64 €	19.711,65 €	9.758,25 €	415.000,04 €
4826	Equipamento administrativo	519.066,47 €	5.961,13 €	19.050,63 €	505.976,97 €
4827	Taras e vasilhame	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4829	Outras imobilizações corpóreas	738.739,65 €	99.372,53 €	22.080,15 €	816.032,03 €
Total		18.915.950,29 €	1.140.462,12 €	182.604,65 €	19.873.807,76 €
491	Investimentos financeiros - Partes de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
492	Investimentos financeiros - Obrigações e títulos de participação - FAM	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4811	Investimentos em imóveis - Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
48121	Investimentos em imóveis - Edifícios e outras construções	29.746,49 €	2.940,74 €	0,00 €	32.687,23 €
4951	Outras aplicações financeiras - Depósitos em instituições financeiras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4952	Outras aplicações financeiras - Títulos de dívida pública	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4953	Outras aplicações financeiras - Outros títulos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total		29.746,49 €	2.940,74 €	0,00 €	32.687,23 €

As amortizações do exercício registam a depreciação das imobilizações corpóreas, (com exceção das incluídas em investimentos financeiros), incorpóreas e dos bens de domínio público, atribuída ao exercício.

As amortizações do exercício são calculadas pelo método das quotas constantes, em função do tempo e da forma de utilização do respetivo imobilizado.

Em 2017 o valor das amortizações do exercício foi de 2.314.286,62€, superior em 15.956,75 € face ao registado no ano anterior.

8.2.8 – Desagregação das Rúbricas do Ativo

A desagregação de cada uma das rubricas constantes do mapa apresentado no ponto anterior e a respetiva informação encontram-se evidenciados nos mapas constantes na conta de gerência.

8.2.9 – Custos Financeiros Capitalizados

Não aplicável, por inexistência de situações enquadradas neste âmbito.

8.2.10 – Diplomas Legais de Reavaliações

As reavaliações efetuadas correspondem a atualizações cadastrais, no âmbito da aplicação do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI).

8.2.11 – Reavaliações

Não aplicável, por inexistência de situações enquadradas neste âmbito.

8.2.12 - Situações Especificas do Imobilizado Corpóreo e em Curso

Não aplicável, por inexistência de situações enquadradas neste âmbito.

8.2.13 – Bens Utilizados em Regime de Locação Financeira

No imobilizado da autarquia não figuram bens em regime de locação financeira.

8.2.14 – Relação dos Bens Sem Valorização

Devido à quantidade, diversidade e natureza jurídica dos elementos patrimoniais que constituem os bens de domínio público e os bens imóveis do domínio privado, não foi ainda possível valorizar todos os bens, situação que se verificou no ano passado e ainda se mantém.

EDIFÍCIOS POR INVENTARIAR

- 1 Palma - Lote 19 - Equipamento Social
- 2 Prédio Vale de Água - Captações de Água
- 3 Prédio Comporta (Antiga Fábrica de Tabaco)

TERRENOS URBANOS POR INVENTARIAR

- 1 Olival da Estrada
- 2 Olival da Estrada
- 3 Bairro Professor Francisco Gentil
- 4 Bairro Professor Francisco Gentil
- 5 Palma - Lote 19
- 6 Palma - Lote 147
- 7 Bairro da Quintinha
- 8 Terreno Morgadinho R. António Sérgio
- 9 Bairro Professor Francisco Gentil - Zona de Expansão
- 10 Bairro do Laranjal
- 11 Herdade do Pinhal
- 12 São Roque
- 13 São Roque
- 14 Cerrado da Fonte Santa
- 15 Courela da Fonte Santa
- 16 Courela da Eira

TERRENOS RÚSTICOS POR INVENTARIAR

- 1 Ao Cerrado de Tábuas - Olival
- 2 Ao Passareiro - Pastagem ou Pasto (Lavadouro e Fonte)

8.2.15 – Identificação dos Bens de Domínio Público que Não São Amortizados

Pelo previsto no POCAL, como nas tabelas da Portaria nº 671/2000, de 17 de abril (CIBE), que regulamenta as taxas de amortização dos bens imobilizado, os terrenos e recursos naturais, bem como os bens de património histórico, artístico e cultural não são alvo de amortizações. Assim, os bens do domínio público que não foram objeto de amortização encontram-se classificados na conta patrimonial 451 (apenas terrenos), e identificados no mapa de amortizações dos bens imóveis.

8.2.16 – Informações sobre Empresas Participadas

Não aplicável, por inexistência de situações enquadradas neste âmbito.

8.2.17 – Títulos Negociáveis e Outras Aplicações de Tesouraria

Não aplicável, por inexistência de situações enquadradas neste âmbito.

8.2.18 – Obrigações e Títulos de Participação

Não aplicável, por inexistência de situações enquadradas neste âmbito.

8.2.19 – Diferenças entre a Valorização do Ativo Circulante e o Respetivo Valor de Mercado

Não aplicável, por inexistência de situações enquadradas neste âmbito.

8.2.20 – Fundamentação das Circunstâncias Especiais que Justificaram a Atribuição ao Ativo Circulante de um Valor Inferior ao Mais Baixo Custo ou de Mercado

Não aplicável, por inexistência de situações enquadradas neste âmbito.

8.2.21 – Movimentos Ocorridos nas Rúbricas do Ativo Circulante - Provisões

Não aplicável, por inexistência de situações enquadradas neste âmbito.

8.2.22 – Dívidas de Cobrança Duvidosa

As dívidas de cobrança duvidosa respeitam integralmente a conta “Clientes, Contribuintes e Utentes” e coincidem com o saldo da conta “218”. Estas dívidas são provenientes de cobranças de faturação de água, saneamento, resíduos sólidos, alugueres de contadores e taxas por receber referentes à urbanização da Quinta do Pinhal.

8.2.23 – Dívidas Ativas/Passivas Respeitantes a Pessoal

Em 1 de janeiro de 2018, vencem os direitos de férias e subsídios de férias dos funcionários camarários estimados em 936.711,29€. Este valor foi devidamente especializado como custo do exercício, através da conta “2732 – Acréscimo de Custos”.

8.2.24 – Obrigações Emitidas e Direitos Conferidos

Não aplicável, por inexistência de situações enquadradas neste âmbito.

8.2.25 – Dívidas em Mora ao Estado e Outros Entes Públicos

Não aplicável, por inexistência de situações enquadradas neste âmbito.

8.2.26 – Contas de Ordem - Garantias, Cauções e Recibos para Cobrança

Mapa apresentado em anexo.

8.2.27 – Desdobramento das Contas de Provisões Acumuladas

Mapa apresentado em anexo.

8.2.28 – Movimentos Ocorridos em cada uma das Contas da Classe “5 – Fundo Patrimonial”, Constantes do Balanço

Contas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
511- Balanço Inicial – Inventário Inicial	38.825.737,64€	4.490.915,17€	0,00€	43.316.652,81€
512- Balanço Inicial – Inventário Inicial	2.112.852,27€	0,00€	0,00€	2.112.852,27€
571 – Reservas Legais	825.910,77€	0,00€	0,00€	825.910,77€
575 - Subsídios	397.628,02€	0,00€	0,00€	397.628,02€
576 - Doações	308.773,61€	0,00€	0,00€	308.773,61€
59 – Res. Transitados	1.528.533,78€	1.372.484,34€	1.045.253,25€	1.855.764,87€
88 - R. Liq. Exercício	-976.721,16€	- 932.572,46€	1.574.520,52€	- 334.773,10€

O aumento verificado neste exercício na “conta 511 – Balanço Inicial – Inventário Inicial” resultou da inventariação de vários terrenos rústicos, localizados na União de Freguesias (Santa Maria do Castelo, Santiago e Santa Susana) e freguesia do Torrão, adquiridos antes da adoção do POCAL e que ainda não tinham sido considerados no Balanço e Inventários Iniciais, tendo-se agora efetuado a sua inventariação e consequente retificação.

As variações (aumentos/diminuições) na “Conta 59 – Resultados Transitados” resultaram de:

- Transferência do resultado líquido de 2016 no valor de - 976.721,16€;
- Regularização contabilística entre classificações no valor de - 29.107,65€;
- Imputação de custos a anos anteriores no valor de - 28.709,86€;
- Receita de IMI de anos anteriores no valor de 1.361.769,76€.

8.2.29 – Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Mapa apresentado em anexo.

8.2.30 – Demonstração da Variação da Produção

Não aplicável, por inexistência de situações enquadradas neste âmbito.

8.2.31 - Demonstração de Resultados Financeiros

Ver conforme apresentado no relatório de gestão.

8.2.32 – Demonstração de Resultados Extraordinários

Ver conforme apresentado no relatório de gestão.

8.2.33 - Outras Informações Relevantes

Conforme mapa em anexo, existem diversos processos judiciais em curso. Está refletida nas demonstrações financeiras uma provisão no valor de 219.333,99€ para a cobertura de eventuais riscos e encargos que daí poderão advir.